

COORDENADOR PEDAGÓGICO: LIMITES E DESAFIOS NO CONTEXTO ESCOLAR¹

BASSO, Carlos Roberto ²
FROZZA, Elis Regina
ANDRADE, Loreci Lemes Rodrigues
SOETHE, Miriam
DISARZ, Rubiani Teresinha
SANGALLETTI, Sandra Tressi
SILVA, João Carlos da (orientador) ³

Introdução

Na escola atual o Coordenador Pedagógico é levado a assumir várias funções, muitas vezes relegando em segundo plano aquela atividade que poderíamos considerar como essencial. O presente artigo busca discutir a função central do Coordenador Pedagógico no espaço escolar. Os resultados aqui apresentados são frutos das atividades desenvolvidas durante o ano letivo de 2007, na disciplina de Prática de Ensino I do Curso de Pedagogia da UIOESTE/ Extensão de Santa Helena.

Nossos estudos foram embasados em discussões de textos como, Bussmann (1995), Veiga (1995), Pimenta (1997), Ferreira (2002), entrevistas e questionários, realizados com a equipe pedagógica e professores da escola campo de estágio, bem como observações do cotidiano do Coordenador Pedagógico.

O Coordenador Pedagógico no contexto do Projeto Político-Pedagógico (PPP)

No texto *Projeto Político-Pedagógico da Escola: uma construção coletiva*, Ilma Passos Alencastro Veiga (1995) afirma que no projeto político-pedagógico, a escola deve planejar o que tem a intenção de realizar, devendo este nortear todo processo educativo e não apenas satisfazer exigências meramente burocráticas. Para a autora, todo projeto pedagógico é político “[...] por estar intimamente articulado ao compromisso sócio-político com os interesses reais e coletivos da população majoritária. É político no sentido de compromisso com a formação do cidadão para um tipo de sociedade.” (VEIGA, p. 13).

Nesse sentido o PPP deve propiciar permanentemente a reflexão e discussão dos problemas da escola, além da vivência democrática necessária para a participação de todos os membros da comunidade escolar, superando os conflitos e eliminando as relações

¹ Este artigo é resultado parcial das atividades desenvolvidas junto a Disciplina de Prática de Ensino I, durante o ano letivo de 2007

² Acadêmicos do 3. ano, do Curso de Pedagogia da Unioeste – Extensão de Santa Helena: elisrf2@yahoo.com.br

³ Professor do Colegiado de Pedagogia, UNIOESTE. Doutorando no Programa de Pós-Graduação em *História e Filosofia da Educação*/UNICAMP. Membro do Grupo de pesquisa HISTEDBR, GT-Cascavel, Pr. E-mail: jcsilva@unioeste.br

competitivas. Para isso faz-se necessário uma autonomia da escola na elaboração do seu projeto, através do debate, diálogo e reflexão coletiva, recebendo apenas assistência técnica e financeira das instâncias superiores do sistema de ensino.

O projeto político-pedagógico deve estar embasado em princípios que norteiam a escola democrática, pública e gratuita como: igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; qualidade para todos, e não só para as minorias econômicas e sociais; gestão democrática que envolva a participação dos representantes dos diferentes segmentos da escola nas decisões/ações administrativas pedagógicas ali desenvolvidas; liberdade; valorização do magistério. A implementação desses princípios básicos na elaboração do PPP deve contribuir para a superação da fragmentação do trabalho pedagógico.

Veiga (1995) ainda aponta elementos básicos na construção do projeto político-pedagógico: *finalidades* que se referem aos efeitos intencionalmente pretendidos e almejados pela escola; *estrutura organizacional* que visa identificar quais estruturas são valorizadas e por quem, verificando as relações funcionais entre elas; *currículo* que é uma construção social do conhecimento pressupondo a sistematização dos meios para que esta construção se efetive; *tempo escolar* que ajuda na organização do trabalho pedagógico e é composto por calendário e horário escolar, entre outros; *processo de decisão* que deve prever mecanismos que estimulem a participação de todos; *relações de trabalho* calcadas nas atitudes de solidariedade, reciprocidade e participação coletiva; *avaliação*.

Portanto, a construção do projeto político-pedagógico requer tempo para reflexões, democratização do processo de tomada de decisões e instalação de um processo coletivo de elaboração. Ao falar do PPP, Antônia Carvalho Bussmann (1995), o considera como fator fundamental no exercício da democracia. Sua implantação concreta será o resultado de uma construção coletiva e politização, mas isso não acontece de imediato.

Como faz parte da função da escola à “política educativa”, o Projeto Político-Pedagógico deverá ser considerado sempre como inacabado, cujos resultados são gradativos, daí a importância da discussão crítica em torno do assunto, inclusive da comunidade escolar.

Referindo-se à administração escolar (BUSSMANN, 1995), parte do pressuposto de que toda a escola para uma boa administração precisa ter em foco: sua missão e concepção de homem, sociedade e conhecimento, seu público alvo e o ambiente em que opera. Desse modo, não basta ser bom administrador para conduzir uma escola, pois esta se distingue em vários aspectos da empresa e exige um preparo específico. Segundo a autora:

[...] historicamente a administração da educação no Brasil, em nome da racionalização tem oscilado entre as ênfases na burocratização, na tecnocracia,

estrutura escolar e na gerência de verbas com maior ou menor centralização e com todas as variações do uso das leis, das máquinas e dos modelos. (BUSSMANN, 1995 p. 41).

Hoje, no entanto, a educação pressupõe a capacidade de cada pessoa para a construção do conhecimento, na condição de agente daquele que pensa, age e faz. O administrador exerce um importante papel na escola, pois cabe a ele tomar as decisões políticas que a escola exige e a implementação dessas decisões, sempre com um intervalo para o diálogo e discussão, garantindo assim uma prática democrática.

A autora reforça o papel político da escola e a importância da formação adequada não só do administrador, como de toda a equipe pedagógica. Conclui afirmando que a escola só será democrática quando romper com suas estruturas fragmentadas; demonstrar clareza dos princípios e diretrizes; envolver a comunidade escolar, rompendo com o individualismo e estabelecendo parcerias através de um diálogo franco.

Segundo Nilda & Garcia (2002), até os anos 80 havia uma concepção de que os especialistas deveriam trabalhar isoladamente, cada um na sua especificidade, recriando a divisão do trabalho fabril na escola com o trabalho fragmentado. No entanto, esse critério vem mudando, não se defende mais que supervisores e orientadores trabalhem isoladamente, pois a escola deve acompanhar as mudanças ocorridas na sociedade, a fim de adequar-se a nova demanda. De acordo com as autoras, “a escola parece viver um momento de redefinição de papéis, inclusive o seu próprio e o de todos e todas que nela interagem, incluindo nisso seus alunos e alunas.” (p.132).

A escola foi pensada como um espaço que garantisse um lugar no mundo do trabalho, sendo que ao final do curso de formação para qualquer área, o aluno era considerado pronto para atuar profissionalmente, principalmente aqueles que seguissem as normas, se mostrassem estudiosos e obedientes. Os que não correspondiam a essas expectativas eram preparados para funções subalternas.

Hoje, nem a estes a escola pode garantir um futuro de sucesso, apesar de contribuir para uma melhor inserção no mercado de trabalho, à medida que a escola proporcione “[...] oportunidades de desenvolvimento de uma flexibilidade intelectual, de sensibilidade e abertura para o novo, de criatividade em face de situações desafiadoras, de atitude crítica e construtiva face aos impasses que o mundo coloca” (Alves & Garcia, p.133).

Há muito tempo a escola deixou de ser o único lugar de acesso ao conhecimento, passando a ser apenas mais um entre muitos, onde ocorre o encontro das múltiplas redes de conhecimento, onde cada sujeito traz consigo uma bagagem. Portanto, a escola deve ser o

espaço de convergência das várias experiências e vivências que cada um traz consigo, enfatizando que “ninguém sabe tudo e ninguém nada sabe”. Desse modo, a escola é chamada a propiciar que os diferentes conteúdos curriculares se entrelacem aos conhecimentos prévios dos alunos, e principalmente romper com a divisão disciplinar, através da transversalidade.

Delineia-se aí um importante papel para os supervisores e orientadores escolares, no sentido de que a escola esteja aberta, permitindo a entrada do universo cultural dos alunos e reconhecendo sua importância. Portanto, “[...] a velha divisão do trabalho escolar com os proprietários de determinadas funções perde o sentido, dando lugar a uma nova divisão do trabalho, mais orgânica [...] a partir das diferentes situações.” (idem, ibidem, p.137).

Isso só será possível quando incorporarmos aos cursos de formação desses profissionais, idéias e ações que lhes permitam viver na prática e criticar com o apoio das teorias, experiências de processos transdisciplinares.

Segundo Diniz (2000), em seu texto *Debates e Pesquisas no Brasil Sobre Formação Docente*, nos anos 70 sob a influência da psicologia comportamental e da tecnologia educacional, os professores eram formados na teoria tecnicista. A educação nessa época tinha um caráter funcional, dando primazia a questões de experimentação, racionalização, exatidão e planejamento.

A partir dos últimos anos da década de 1970, começam a ser denunciadas limitações e insuficiências desse enfoque, e a tecnologia educacional passou a ser fortemente questionada pela crítica de cunho marxista, conseqüentemente a educação passou a exercer um caráter político e a prática pedagógica assume um compromisso com as classes populares, já a formação de professores seguiu o movimento de redemocratização do país. Iniciaram-se as críticas sobre a privatização do ensino e da cultura, supervalorização do capital, desvalorização dos professores e conseqüente queda da qualidade de ensino.

Com as mudanças ocorridas no cenário internacional, a partir do final dos anos 80, o pensamento e os estudos sobre a formação do professor volta-se para a importância de se formar um profissional reflexivo, cuja atividade se alia à pesquisa. A formação dos professores precisa ser analisada com base em teorias que estabeleçam relações entre o pessoal e o social, o coletivo e o individual.

Segundo o autor, grande parte dos estudos desmistifica a idéia de que compete ao pesquisador produzir o conhecimento e ao professor reproduzir esses saberes; vê-se assim, a necessidade de uma reorganização didática, onde o professor precisa compreender o próprio processo de construção do conhecimento escolar. O centro das atenções desloca-se da

formação inicial para a continuada, reforçando a idéia do “saber docente” que constrói com o ingresso dos mesmos no mercado de trabalho.

Mirza Seabra Toschi (1998), em seu artigo tem como objetivo analisar o projeto político pedagógico escolar, a partir da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), lei 9394/96, que traz mudanças significativas, entre elas a descentralização, que é uma das bases da democratização e através desta, o ensino que vislumbra o papel principal da escola: a apresentação de novas perspectivas na sociedade, alterando as relações políticas e sociais. Embora o discurso seja a democratização, a autora tece uma crítica aos órgãos federais por implantarem a descentralização restrita, ou seja, o governo decide os parâmetros curriculares, controlando a aquisição dos livros didáticos e a avaliação das escolas, enquanto à instituição cabe principalmente o compromisso administrativo.

A autora identifica várias falhas na nova lei, no que diz respeito à descentralização e democratização, discute a participação dos pais na elaboração e a função do Projeto Político Pedagógico, o papel dos professores, do diretor e principalmente da escola. Segundo Toschi: “a intenção é, pois, indicar que não se pode discutir a descentralização e a democratização da educação escolar, sem se referir à forma como é concebido o exercício do poder político no país; sem se levar em conta as tendências sócio-econômicas; enfim, sem se referir a nossa própria formação social.” (1998, p. 39).

Quando falamos de gestão democrática, discutimos questões que vão além da escola, da economia e da política, para discutir as relações sociais que desejamos formar. Desse modo, não é possível um Projeto Político Pedagógico estático ou com prazo de validade, mas um projeto que vai sendo construído num processo histórico e, portanto, inacabado.

De acordo com o caderno do curso de Formação de Formadores da APP Sindicato: o Projeto Político - Pedagógico é um conjunto de normas que norteiam a prática pedagógica, e deve ser construído por toda a comunidade escolar, através da gestão democrática. Não podendo a comunidade escolar admitir que as formas de organização do trabalho pedagógico sejam impostas, nem tão pouco se acomodar e esperar que essas formas caíssem como dádivas.

Apesar da construção do PPP ser responsabilidade da escola, deve obedecer aos objetivos nacionais da educação e ao mesmo tempo respeitar as especificidades e a diversidade cultural da comunidade que a compõe. Portanto, deve partir da reflexão de que:

[...] é um instrumento de resistência à fragmentação do trabalho pedagógico, à sua rotinização e ao controle hierárquico e autoritário vigente na maioria das escolas. Deve ser propositivo, deve apontar alternativas de reorganização do trabalho

pedagógico da escola, que rompa com as formas tradicionais, onde a finalidade da escola se perde na burocracia administrativa (p. 7).

Diferentes olhares sobre o Coordenador Pedagógico

Segundo Francisco Carlos Franco, (2004), em *A indisciplina na escola e a coordenação pedagógica*, entre as reclamações mais constantes que os professores fazem no seu dia-a-dia, a mais freqüente é sobre a indisciplina. O problema não é novo, porém, nos dias atuais está ganhando uma dimensão até então não vivenciada na escola. Muitos professores encontram grande dificuldade para conviver, administrar e criar alternativas de intervenção que possam ajudá-los a contornar situações dilemáticas com alunos indisciplinados.

Na maioria das vezes os professores preferem encaminhar os alunos à direção ou ao Professor Coordenador Pedagógico (PCP), para que sejam aplicadas sanções a esses alunos indisciplinados. Vale lembrar que ações autoritárias não resolvem o problema e pouco ajudam os alunos, podendo aumentar ainda mais o comportamento indesejado. Nesse contexto, destacamos a importância do PCP, que pode junto à equipe escolar, ajudar o grupo a discutir e a refletir sobre o problema da indisciplina. Este profissional pode ser pautado em duas dimensões: como investigador da realidade e na proposição de um projeto de formação junto ao corpo docente, como formas de buscar alternativas para mediar o problema.

Vários pontos podem ser observados pelo Professor Coordenador Pedagógico: o que os professores entendem por indisciplina? A relação professor-aluno, a maneira como o professor concebe a disciplina em sala de aula influencia a sua relação com o aluno. Geralmente é o docente que prima por uma relação pautada no respeito mútuo e que é percebido pelos alunos com admiração. Cabe ao PCP verificar como são as relações entre os professores e os alunos, pois nessa dinâmica pode estar o fator desencadeador de muitos conflitos que se apresentam nas escolas.

Diante dos dados coletados, o Coordenador pode em conjunto com a equipe escolar, construir um projeto visando à superação dos problemas. Nessa etapa é importante garantir a participação de toda a comunidade escolar. Várias ações podem ser planejadas, abrangendo pais, alunos, funcionários, professores e equipe técnica.

Orsolon (2004) em uma pesquisa com escolas públicas e particulares nos traz a visão de professores e coordenadores sobre a participação dos pais no espaço escolar. Existem muitas diferenças econômicas e culturais entre as famílias dos alunos, e a escola precisa conhecê-las individualmente para poder desencadear um trabalho intencional, trazendo os pais para participar através de uma gestão democrática. Para que isso aconteça é indispensável que haja um bom relacionamento entre família/escola, baseado no diálogo, trocam de

experiência, discussões e decisões conjuntas. O principal desafio do Coordenador Pedagógico para alcançar metas de forma satisfatória, além de conhecer o contexto da família deve demonstrar claramente a dimensão política de suas ações.

A autora aponta ainda as principais diferenças entre os alunos da escola pública e de particular. Na particular, devido à situação financeira e a escolaridade privilegiada, muitos pais se relacionam com a escola como consumidores de um serviço, assim cobram uma educação que satisfaça aos seus anseios. Isso não acontece na escola pública e essa conscientização é mais um desafio deste profissional. Portanto, entendemos que um Coordenador comprometido precisa estabelecer parcerias entre família e escola, através de espaços planejados e de um trabalho intencional, norteado pela consciência política.

Sousa (2004) em *o coordenador pedagógico e o atendimento à diversidade*, a função do coordenador pedagógico implica em lidar com grupos, organizando, orientando e harmonizando. Na escola os grupos se caracterizam pela diversidade e pelas múltiplas interações entre o Coordenador Pedagógico, professores, alunos, pais, diretor, etc. No entanto, o tempo para essas interações é pequeno e restrito aos intervalos, reuniões, entrada e saída, aumentando a complexidade da função. Questão que deve ser contemplada na formação inicial e permanente desse profissional.

Tendo a escola grupos diferentes, programas e rotinas, possui também antagonismos, os quais geram conflitos permanentes e também contradições. Sendo que na medida em que o Coordenador Pedagógico entende essas contradições pode desenvolver ações para enfrentá-las. As principais contradições referem-se a: unidade e diversidade, onde a escola acaba por negar a diversidade em favor de uma cultura escolar sustentada pela racionalidade, autonomia e dependência do grupo em relação ao Coordenador Pedagógico; invariância e mudança; harmonia e conflito, ao passo que nenhum grupo sobrevive submetido a conflitos permanentes, nem tão pouco cresce sobre constante harmonia.

O grupo de professores, também é marcado pela diversidade de experiências, de formação e de objetivos. É com essa diversidade que o Coordenador Pedagógico se defronta e tem que trabalhar. Já com os pais o grande desafio é criar canais de comunicação e convencê-los de que devem participar do processo educacional de seus filhos, em parceria com a escola. Há ainda as pressões de instâncias superiores, e a carga de trabalho burocrático, que ocupa quase todo o seu tempo que deveria ser dedicado às funções pedagógicas.

Estar e trabalhar com grupos traz como condição lidar com a diversidade, não sendo possível, contudo, prever o resultado de um trabalho em grupo, devemos planejar o que faremos a partir de hipóteses, aprendendo a lidar com as incertezas, compreendendo que

“[...] o controle da situação não está em suas mãos, mas nas mãos de todos os participantes do processo interativo. [...] Assim, dentro de um grupo de professores, por exemplo, não é possível dissociar um do outro, culpabilizando um elemento do grupo por um fato ou resultado” (SOUZA, 2003, p.110)

Assim o Coordenador Pedagógico deve evitar assumir toda a responsabilidade sozinho, pois o trabalho conjunto possibilitara administrar os conflitos e chegar a soluções temporárias, que permitirão o crescimento do grupo e do processo educativo. Onde cada problema e cada conflito vividos na escola será uma oportunidade de aprendizado para todos os envolvidos neste processo.

Visita ao campo de estágio

No sentido de melhor compreender o papel do pedagogo no interior da escola, vimos à necessidade de aplicar questionário. Durante a conversa com a diretora, ela relatou que existem muitos problemas em relação à dificuldade de aprendizagem. Ressaltou ainda, a ausência da família na escola e no acompanhamento e desenvolvimento do aluno, além de destacar a importância da gestão democrática na qual acredita e procura vivenciar.

A diretora é formada em ciências biológicas e pós-graduada em gestão escolar, destaca que os principais problemas da escola são: indisciplina e principalmente a dificuldade de aprendizagem, e que os problemas são resolvidos em conjunto com a equipe pedagógica. Ressaltou que a gestão democrática é possível sim, mas deve haver uma participação efetiva, tomando as decisões em conjunto. Afirmou que é difícil envolver todos os profissionais da escola, os pais, os alunos e a comunidade em geral.

Quanto ao P.P. P, a diretora considerou importante por conter todo o planejamento que a escola deve realizar no ano e está em constante transformação. A diretora faz algumas críticas ao Núcleo Regional de Educação que pede o P.P. P a cada quatro anos, sendo que deveria ser feito anualmente. Salientou ainda, que a comunidade participa das reuniões, promoções, além de trazer sugestões. A participação dos pais é boa, mas existem aqueles que não participam. Questiona que muitas vezes não se tem autonomia porque está submetida aos órgãos superiores, como a Secretaria Municipal de educação de Santa Helena e o núcleo, a mesma aponta para um quadro instável de professores o que acaba acarretando problemas na área de ensino e aprendizagem.

Em relação aos problemas que a escola enfrentava antes da implantação do P.P. P, a diretora disse que não havia uma unidade em relação à proposta pedagógica da escola. Segundo ela seu processo de formulação foi no coletivo, com a participação da direção,

coordenação, professores, APM, Conselho Escolar e pais, sendo que a maior dificuldade encontrada foi à falta de tempo para reunirem-se em assembléia geral.

Quanto aos avanços após a implantação do P.P. P, a diretora ressaltou que devido às reuniões pedagógicas tornou-se possível a melhoria na qualidade de ensino e a implantação da gestão democrática. Referente à formação dos professores a maioria está buscando o aperfeiçoamento. E com relação à identidade da escola, o P.P. P possibilitou a discussão em grupo, envolvendo representantes de toda comunidade escolar sobre a proposta pedagógica.

Em relação à Gestão Democrática, a mesma afirmou que deve ser um processo de envolvimento e discussão coletiva dos problemas da escola, e este deve ser implementado cotidianamente através da participação. Porém, em decorrência da instabilidade do corpo docente, há uma dificuldade de realização da proposta pedagógica. Ainda que haja problemas de indisciplina e dificuldades de aprendizagem, não há evasão escolar.

Aplicação do questionário

A partir das leituras e discussões dos textos sobre o Coordenador Pedagógico, sentimos também a necessidade de elaborar um questionário voltado aos professores da escola campo de estágio. As perguntas formuladas referem-se à formação dos mesmos, quanto ao tempo de atuação em sala de aula, qual a importância que eles atribuem ao Projeto Político-Pedagógico (PPP), bem como ao Coordenador Pedagógico, suas funções e atribuições além de delimitarem quais as atividades que são responsabilidades deste profissional.

Formulamos ainda, questões nas quais o professor indica o papel central do Coordenador na escola e qual deve ser a função da escola pública na atualidade. No total foram aplicados questionários junto a nove professores de Educação Infantil e 1ª a 4ª séries do Ensino Fundamental. Com relação à formação dos professores, verificamos que em sua maioria apresentam graduação em pedagogia com pós-graduação. Referente ao tempo de atuação, sete professores têm de dois a dez anos e dois professores têm mais de dez anos.

Quanto à importância atribuída ao P.P. P, o que mais se destaca é: o P.P. P como articulador e integrador do trabalho coletivo, instrumento da realidade escolar que direciona as práticas educativas de acordo com o contexto social, econômico e cultural dos educandos, além de estabelecer princípios e diretrizes para ação pedagógica.

Quando questionados sobre as atividades do Coordenador Pedagógico junto aos professores, os mesmos apontam que este deve: trabalhar junto aos professores, voltando-se para a formação continuada; estimular a pesquisa e o trabalho coletivo; auxiliar no planejamento das aulas, no trabalho com os pais e em sala de aula; esclarecer dúvidas;

elaborar projetos, sendo mediador entre a escola e a secretaria de educação; devendo ainda trabalhar como orientador, auxiliando na indisciplina e orientando os alunos com dificuldades de aprendizagem.

Ainda, quando interrogados sobre a concepção que tem a respeito das atribuições do Coordenador Pedagógico, observamos que houve uma falta de delimitação quanto à função, pois grande parte das respostas voltava-se para um aspecto amplo, as ações pedagógicas, ou seja, qualquer função voltada para o ensino/aprendizagem, entre outras: coordenar, além de desempenhar a função do supervisor, é desenvolver projetos, resolver os problemas na escola; auxiliar nas atividades com a comunidade escolar, articulando-a no sentido da melhoria do trabalho pedagógico e na elaboração do P.P. P; acompanhar o planejamento de ensino; encaminhar os alunos para a recuperação de estudos, bem como os que necessitam de atendimento especializado.

Finalizando o questionário indagamos qual deve ser a função da escola pública na atualidade, sendo que dois professores não entenderam a questão e fizeram uma crítica, os demais julgaram ser a função: repassar e transmitir conteúdos; auxiliar a criança no processo de ensino/aprendizagem, oferecendo subsídios materiais e intelectuais; formar cidadãos críticos; orientar os alunos para uma formação integral, ou seja, para além da formação da mão-de-obra, oferecendo uma formação geral; garantir um ensino/aprendizagem com qualidade a partir de uma visão crítica do mundo. Avaliamos que em nossas visitas e nas entrevistas, nossos objetivos foram alcançados, na medida em que houve uma boa aceitação do grupo, a equipe pedagógica demonstrou interesse em estar colaborando conosco.

Coordenadora Pedagógica

Entrevista realizada no dia 03/05/07, com as coordenadoras pedagógicas da Escola Municipal Tancredo Neves. No sentido de compreender como tem sido a função do coordenador pedagógica no campo de estágio, elaboramos um questionário com questões voltadas a função deste profissional que detalharemos a seguir:

01) Qual a concepção de Coordenação Pedagógica? A - O Coordenador Pedagógico está acompanhando todo o trabalho da escola desde professores, alunos, substituindo professores quando faltam, tem que estar atenta ao P.P. P, ao regimento, toda a documentação da escola e dos alunos, além do trabalho pedagógico e também o atendimento aos pais e aos alunos.

B – entende que a sua função na verdade é de colaboradora mesmo como um todo na escola. Quando um professor fica doente tem assumir o papel de substituto, quando uma

criança fica doente assume o papel de mãe, sai muito daquele lado burocrático de verificar livro de chamada, planejamento, fazer horários, isso tudo é sua função.

02) Qual o cotidiano de um Coordenador na escola?

A – Tem dividido os horários de planejamento dos professores, cada série tem o seu horário de planejamento. Quando chega já sabe o horário e procura estar na sala de planejamento para ver se o professor precisa de algum auxílio, procurar algum material. Há também outras questões para estar resolvendo, de alunos que às vezes são encaminhados para a coordenação ou pais que precisam ser chamados para conversar por algum motivo.

B - Há semanas que dá para acompanhar o planejamento de todos, mas há semanas que é atropelado. O ideal seria que se tivesse esse tempo para sentar com todos os professores durante todo o planejamento que é onde surgem dúvidas e se falta algum material.

A - Também é uma forma de estar acompanhando quando se está ali preparando material se sabe mais ou menos o que o professor já está trabalhando em sala quando não se tem tempo de estar lá durante o planejamento.

03) Quais os desafios que mais se deparam?

B – Com a indisciplina dos alunos, porque todos os dias têm alguma ocorrência principalmente na hora do intervalo. Nas salas os professores têm um bom desempenho e não está se tendo muitos problemas dentro da sala. Trabalhou alguns anos somente na supervisão e era diferente, até se envolvia com alunos, mas não tanto como Coordenador, acha que o trabalho do Coordenador Pedagógico é bem mais amplo porque abrange as duas funções.

A – Também até o ano passado trabalhou só na supervisão e se envolvia muito pouco na questão de alunos e pais. A partir desse ano passou fazer o trabalho de coordenação.

B– Dividiram as turmas, pois são vinte turmas e para poderem se organizar melhor. A Coordenadora “A” ficou com a parte da educação infantil e primeira série, eu fiquei com a 2ª, 3ª e 4ª série, mas estamos sempre atuando em conjunto.

A– Estamos sempre conversando sobre os problemas dos alunos e dos professores que coordena para a Coordenadora “B” saber o que acontece na educação infantil, pois se um dia eu faltar ela estar por dentro do que está acontecendo.

B- Há os horários que elaboram como os de computação, de contra-turno, sala de apoio, tem que estar vendo todos esses alunos que vem no contra-turno para não dar choque de horários, são tudo coisas que precisam ser pensadas e planejadas.

04) Qual o trabalho que desenvolvem junto aos pais, alunos e professores?

B – Sala de apoio, aula de computação, com os professores reunião pedagógica, conselho de classe, com os pais assinatura de relatórios que é bimestral, entrega de boletim,

reuniões ordinárias que são feitas no começo do ano, e atividade como dias das mães, dia dos pais, festa junina.

Considerações Finais

A partir de leituras e discussões de textos, visitas a escola campo de estágio, questionários e entrevistas aplicados junto aos professores e equipe pedagógica, percebemos que o coordenador pedagógico exerce inúmeras funções, dentre elas o atendimento aos pais, alunos e professores, é articulador do processo democrático da escola, visando uma construção coletiva, apesar das divergências.

Porém, julgamos ser central, na função do coordenador, o trabalho na formação continuada dos docentes, proporcionando subsídios necessários para a realização do mesmo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação nacional (Lei 9394/96) Lei Darcy Ribeiro
- BUSSMANN, Antonia Carvalho. O Projeto - Político Pedagógico e a Gestão da Escola. In. VEIGA, Ilma Passos A. (org) **Projeto Político-Pedagógico da Escola: uma construção possível**. Campinas, SP: Papirus, 1995.
- CADERNO DE FORMAÇÃO BÁSICA MULTIPLICADORA: Terceira Etapa Curso de Formação de Formadores. APP- Sindicato – turma 97/98. Mudando a Cara da Escola: Construindo o Projeto Político Pedagógico. Pátio, Artes Médicas. Ag/out/1997.
- DINIZ, Júlio Emílio. **Formação de Professores-Pesquisa**, Representações e Poder. Coleção Trajetória, 4. Belo Horizonte: Autêntica, 2000
- FERREIRA, Naura S. C. (org.) **Supervisão Educacional Para Uma Escola de Qualidade: da Formação a Ação**. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2002
- PADILHA, Paulo Roberto. **Planejamento Dialógico: como construir o projeto político – pedagógico da escola**. São Paulo: Cortez; Instituto Paulo Freire, 2001-(Guia da escola cidadã; v.7)
- PLACCO, Vera Maria N. S. & ALMEIDA, Laurinda Ramalho de (Org) **O Coordenador Pedagógico e o Cotidiano da Escola**. São Paulo: Edições Loyola, 2004.
- TOSCHI, Mirza Seabra. **A Nova LDB e o Projeto Político -Pedagógico**. Revista Comunicações - UNIMEP, ano 5, nº 1, junho de 1998.
- VEIGA, Ilma Passos. **Projeto Político-Pedagógico da Escola: uma construção possível**. In. VEIGA, Ilma Passos A. (org) Projeto Político-pedagógico da escola: uma construção possível. Campinas, SP: Papirus, 1995.
- PIMENTA, Selma Garrido. **O Estágio na Formação de Professores: Unidade Teoria e Prática?** 3 ed., São Paulo: Cortez, 1997.
- ALONSO, Myrtes (org). **O Trabalho docente: Teoria & Prática**. São Paulo: Pioneira, 1999.